

A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários

Waldir José Rampinelli*



A Revolução Mexicana, cuja periodização varia de acordo com a interpretação histórica, completa cem anos ao longo da década de 2010¹. Alguns dos acontecimentos revolucionários mais marcantes ocorrem entre 1913 e 1915, quando os exércitos dos camponeses desempenham um protagonismo hegemônico na política do país, por conta de suas vitórias nos campos de batalha. Por isso, de 2010 a 2020, a cada ano, estão sendo comemorados fatos significativos do processo revolucionário cujo alcance chega aos dias de hoje.

A Revolução Mexicana, que marca o início da Idade Contemporânea na América Latina, ainda é pouco conhecida na região. Isso se deve ao eurocentrismo que perpassa o estudo das ciências sociais em nosso continente. Se a Revolução Francesa conseguiu

abolir o sistema feudal, abrindo caminho para uma sociedade burguesa moderna, e criou um *modelo universal* (como apontou Marx) de sistema político, ou seja, a forma clássica e paradigmática do moderno Estado democrático burguês; se a Revolução Russa logrou eliminar o regime político czarista e, sobretudo, superou uma realidade de servidão camponesa, criando, pela primeira vez na história da humanidade, um sistema social não capitalista; a Revolução Mexicana – *interrompida* ou *traída* – derrotou a hegemonia da oligarquia, substituindo-a por uma burguesia agrária, desencadeando mudanças significativas na economia, na política, na diplomacia, nos campos social e cultural e nas relações entre Estado e Igreja. Daí que o alcance da Revolução Mexicana ultrapassa, de longe, as suas fronteiras físicas.

Neste trabalho, analiso quatro aspectos da Revolução Mexicana: 1) a influência do processo revolucionário nos âmbitos local, regional e mundial; 2) os precursores intelectuais do levante armado; 3) a luta de classes ocorrida ao longo dos acontecimentos; e 4) a Revolução e suas relações com os indígenas.

1. As influências da Revolução Mexicana

1.1. No México

A Revolução Mexicana foi a primeira revolução social da América Latina, no século XX, contra o Estado oligárquico mais avançado da região. O capitalismo mexicano, com sua integração ao moderno mercado mundial, amadureceu as forças de oposição que se levantaram em armas para derrotar um desenvolvimento desigual, injusto e inteiramente voltado para fora. Esse progresso capitalista se apoiava no crescimento sustentado da produtividade do trabalho, ou seja, produtos excedentes que levavam à acumulação de capital. A filosofia positivista de Augusto Comte e o darwinismo social de Herbert Spencer orientaram e dirigiram um grupo de intelectuais – os chamados *científicos* – na aplicação de seus princípios básicos, gerando uma oligarquia financeira, política e exportadora que comandou integralmente o país, principalmente a partir de 1888².

O símbolo mais evidente desse desenvolvimento capitalista, baseado “na ordem e no progresso”, foi, em primeiro lugar, a *hacienda* mexicana. Ela exercia um mecanismo de exploração muito mais violento que o realizado pela fazenda no período colonial, já que interferia nos usos e costumes dos indígenas e dos camponeses para acelerar o processo de acumulação. Se nos tempos da colônia os espanhóis permitiam aos nativos o cultivo de determinados produtos para autoconsumo, inclusive utilizados nas festas religiosas, agora, em época de Estado oligárquico, voltado para o mercado externo, essa concessão já não seria mais possível. O capitalismo, que destrói as formas econômicas pré-capitalistas, não dispõe de capitais e de

força econômica e não tem a necessidade da competitividade para investir no campo mexicano com o objetivo de modernizar sua produção. Para tanto, ele se apoia em métodos de relação de produção anteriores para maximizar lucros e gerar riqueza.

A sede da fazenda simboliza tanto o poder quanto a exploração. Uma vez alçados em armas, os indígenas e camponeses bradaram o grito de “*abajo haciendas y vivan pueblos!*”. Eles não estão preocupados com o poder central na capital do país, e sim com o local, o do fazendeiro, que os expropria de suas terras, que os explora no seu trabalho e que os violenta na sua cultura.

Há uma verdadeira guerra colonial promovida pelo governo da oligarquia e da burguesia exportadora contra as comunidades indígenas e camponesas, obrigando-as a vender sua força de trabalho como assalariados com a finalidade de expandir o latifúndio e gerar lucros. A guerra contra os Yaqui³, de 1878 a 1885, por meio da qual o Exército Federal lhes arrebatou as férteis terras do Vale, uma das melhores do Estado de Sonora, para entregá-las aos latifundiários mexicanos e estadunidenses, nada mais significou que a penetração sangrenta e violenta do capitalismo na região. Açúcar, algodão e demais produtos para a exportação passaram a ser cultivados nessa região. Enquanto parte das famílias indígenas resistiam aos invasores, outros fugiam para zonas áridas das montanhas e mais outros eram presos e deportados como trabalhadores escravos para as plantações de tabaco e café no Valle Nacional ou de *henequén* em Yucatán⁴.

Guerra similar promoveu o Exército mexicano contra os Mayas de Yucatán, expropriando suas terras e passando-as aos fazendeiros para que cultivassem o henequém, destinado a exportação. Uma

vez desalojados de seu território, muitos Mayas foram deportados para Cuba, para o trabalho nas plantações açucareiras.

Essas expropriações de territórios imensos, que assumiram formas de uma verdadeira guerra colonial, aconteceram também de maneira sistemática contra as terras comunais dos povos indígenas nas demais regiões do país – na verdade, guerras das fazendas contra os povoados, apoiadas ou pelo Exército Federal ou pelas Guardas Rurais. Enquanto o Exército aumentava o seu contingente obrigando as pessoas a se incorporarem às suas fileiras por meio de um verdadeiro sequestro – *a leva* –, as Guardas Rurais, por sua vez, transformavam os bandidos que rondavam os campos em integrantes de sua corporação, pagos pelo Estado e a serviço do latifúndio. Em ambos os casos – Exército Federal e Guardas Rurais – são camponeses recrutados à força para lutar, por bem ou por mal, contra outros camponeses que resistiam ao avanço do capitalismo⁵.

O segundo símbolo do desenvolvimento do capitalismo no México são as ferrovias, os telégrafos e os correios. As ferrovias foram construídas com o objetivo de escoar a riqueza do país para o exterior. Elas surgiram da Cidade do México para o Norte, integrando a economia mexicana à estadunidense, subordinando aquela a esta. As estradas de ferro também foram projetadas na direção dos portos, quer sobre o Golfo, quer sobre o Pacífico, com a clara estratégia de abastecer os mercados europeus e asiáticos.

A construção de ferrovias mudou a vida local, acelerou a desintegração dos antigos costumes dos camponeses, aumentou a expropriação das terras dos indígenas, proletarizou os trabalhadores e artesãos e acentuou as diferenças de

desenvolvimento entre as regiões. Embora as ferrovias tivessem um objetivo econômico – escoar com rapidez a produção para os mercados internacionais e deste modo tornar o sistema capitalista mais competitivo – tinham elas uma finalidade política também, qual seja, chegar o mais rapidamente possível a qualquer parte do país para reprimir as rebeliões. Em 1876, o México dispunha de 666 km de ferrovias, e em 1910 já contava com 19.205 km⁶. Esse crescimento da malha ferroviária, juntamente com um sistema de comunicação, está diretamente ligado à entrada de capitais externos, que por sua vez vão ocasionar um processo de urbanização. Houve um progresso econômico nunca antes visto, que fez do ditador Porfirio Díaz⁷ o homem necessário, isto é, o construtor de um México moderno, “o herói não só da paz, mas também do progresso”⁸. No entanto, a oligarquia não se havia dado conta de que os trilhos que escoavam seus produtos trariam de volta os camponeses armados de Zapata e Villa.

Por fim, a industrialização e a classe operária vão acentuar a entrada do capitalismo e de suas respectivas contradições no país. O processo de formação do mercado mundial, juntamente com o ciclo de expansão do capital central, incorporou regiões da América Latina ao seu raio de ação, especialmente partes de alguns países que ofereciam matérias-primas que lhes interessavam para o processo de acumulação, preparando, desse modo, o caminho para as rupturas. Os primeiros operários mexicanos trabalham nas minas, nas fábricas têxteis e na indústria de cigarros. Porém, são os ferroviários que adquirem maior consciência de luta de classes, influenciados pelos trabalhadores estadunidenses assim como pelas ideias do liberalismo juarista, do humanismo cristão, do

socialismo utópico e do anarquismo. As greves organizadas por esses trabalhadores adquirem importância nacional. Mas os grandes movimentos de operários, mineiros, ferroviários e camponeses por melhorias salarial, laboral e organizacional foram reprimidos violentamente pelos exércitos das oligarquias latino-americanas, com o apoio do capitalismo internacional. A repressão à greve dos trabalhadores de Cananea (México-1906), à dos mineiros de Iquique (Chile-1907), à dos operários de Río Blanco (México-1907), à dos ferroviários de São Luís Potosí (México- 1907) e à dos camponeses bananeiros de Tegucigalpa (Honduras-1954) configura apenas alguns dos exemplos mais conhecidos de verdadeiros massacres – cidades essas doloridas até hoje, já que foram “alisadas pelo silêncio e pela morte”, nas palavras de Julio Cortázar. Apesar de toda a repressão, as greves do México não deixaram de ser os movimentos precursores da Revolução Mexicana, sendo a de Cananea imortalizada pelo muralista David Alfaro Siqueiros no trabalho intitulado “Do Porfirismo à Revolução”, de 1966. Na realidade, a “paz porfiriana” tentava camuflar uma grande luta de classes que se avizinhava.

A Revolução Mexicana logrou destruir o velho Estado da oligarquia e da burguesia exportadoras que vinha da Constituição liberal de 1857, estabelecendo um novo Estado burguês, garantido pela Carta Magna de 1917. Desse modo, impediu-se que a oligarquia se transformasse diretamente em burguesia industrial.

1.2. Na América Latina

A Revolução Mexicana tem alcance continental, de modo especial na América Hispânica, por conta da facilidade do idioma e da similitude dos problemas. Ela era acompanhada pelas oligarquias dos mais diversos países latino-americanos, preocupadas com o destino imposto a seus pares mexicanos. Os movimentos operários também a seguiam de perto, comemorando os avanços e as conquistas dos exércitos camponeses. Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu e Santiago do Chile, cidades com grupos mais organizados, foram os lugares onde muito se apoiou o processo revolucionário. O zapatismo foi o movimento que mais atraiu a atenção e a solidariedade dos operários, dos grupos revolucionários, dos sindicalistas, dos anarcosindicalistas e dos socialistas fora das fronteiras mexicanas. Já os intelectuais e reformistas adotavam uma posição de reserva. Inclusive, as três facções armadas da Revolução Mexicana – o carrancismo, o villismo e o zapatismo – tiveram seus representantes no exterior. Enquanto os carrancistas e os villistas se dirigiam mais aos próprios mexicanos no exílio e buscavam estreitar contato diplomático com as autoridades estadunidenses tentando facilitar a compra de armas e a busca de apoio, por sua vez o zapatismo tratava de estender a influência de seu *Plano de Ayala* a toda a América Latina. Cuba tornou-se o centro mais importante das ideias zapatistas no exterior. O general Jenaro Amnecua, a partir de Havana, mantinha uma constante correspondência com jornais e militantes do Rio da Prata e dos Estados Unidos. A Revolução Mexicana, desse modo, teve influência no fim de vários Estados Oligárquicos na América Latina, sendo o da Guatemala o mais notório deles. Para Enrique Semo,

... a revolução mexicana de 1910-1920 é o motor fundamental do desenvolvimento do capitalismo na América Latina nas décadas de 1920 e 1930; ou seja, que a importância e a influência da revolução mexicana vão muito além das fronteiras de nosso país, e influi radicalmente em todas as mudanças que se produzem na América Latina durante esses anos, no desenvolvimento do capitalismo⁹.

Alguns chegaram a pensar que a Revolução Mexicana poderia proporcionar à América Latina o padrão e o método da revolução socialista; outros – como José Carlos Mariátegui – se equivocaram em suas análises ao comparar Obregón a Zapata e Madero.

1.3. No Mundo

A Revolução Mexicana chamou a atenção das principais potências mundiais da época pelas dimensões do processo revolucionário e por ocorrer em um país subdesenvolvido ao lado de um desenvolvido. As pressões internacionais sobre os programas e as políticas da Revolução Mexicana por parte da Alemanha, da Inglaterra, da França e do Japão tinham como finalidade disputar com os Estados Unidos a hegemonia sobre a América Latina. Por isso, nada mais oportuno e histórico que se utilizar desse evento para auferir vantagens nas relações internacionais. Por outro lado, o México era um país rico, principalmente em *commodities*, destacando-se os minerais e o petróleo.

As disputas e as rivalidades entre as potências mundiais já se davam no México mesmo antes do início da Revolução. A ditadura de Porfirio Díaz, querendo sair do predomínio dos investimentos estadunidenses, procura acercar-se dos europeus, convidando-os a aplicar seus capitais no país. Essa

atitude irrita profundamente o governo de Washington que, baseado em seu “destino manifesto”, considerava o México como território de sua esfera de influência.

A elite governante mexicana tomou a atitude de se distanciar dos investimentos dos Estados Unidos – segundo Friedrich Katz – pelos seguintes motivos: a) porque tinha um envolvimento maior com os europeus que com os estadunidenses; b) porque as companhias europeias, menos solidamente estabelecidas, costumavam aceitar mais facilmente as propostas dos “científicos” de participação como sócios das mesmas; c) porque o predomínio de Washington era incompatível com o conceito de desenvolvimento econômico que tinham os próprios “científicos”¹⁰.

2. Os precursores da Revolução Mexicana

Os intelectuais tiveram um papel fundamental como precursores da Revolução Mexicana. O clube de debate *El Ateneo de la Juventud*, fundado por José Vasconcelos, Isidro Fabela e Alfonso Reyes, tinha por finalidade superar o cientificismo, o dogmatismo e o positivismo. Foi na cidade de San Luis Potosi, em 1900, que um pequeno grupo de intelectuais começou a se organizar em torno das ideias do liberalismo do século XIX: democracia, anticlericalismo e livre empresa. Camilo Arriaga tornou-se o grande líder desse movimento contra Porfirio Díaz.

A burguesia mexicana passou a defender o nacionalismo econômico. Para um astuto burguês mexicano que tivesse um pouco de nacionalismo e bom tino para os negócios seria desejável uma mudança política e econômica que aumentasse seu peso no governo para desafiar o grande poder

dos monopólios estrangeiros, abrindo, desse modo, um mercado interno do qual participassem os camponeses com sua economia de consumo.

Intelectuais de distintos extratos sociais juntaram-se em uma luta contra a ditadura porfirista. Os intelectuais da classe alta – como Francisco I. Madero e Camilo Arriaga – representam um pequeno número de famílias oligárquicas de gerações médias e jovens. Afastados dos problemas das massas, esses intelectuais eram profissionais e homens de negócios que refletiam a crise econômica e as tensões sociais que afetavam a sua classe, buscando, então, novas alianças políticas para introduzir a democracia liberal no país. Por sua vez, os intelectuais de classe média e baixa – como Antonio Diaz Soto y Gama, Juan Sarabia, Librado Rivera e Ricardo Flores Magón – estão mais familiarizados com os problemas de grande parte da população e mais influenciados pelas obras anarquistas e socialistas, passando a defender a formação de alianças com os operários e os camponeses.

Ricardo Flores Magón é o grande intelectual precursor da Revolução Mexicana. O magonismo tornou-se a expressão ideológica e política de uma experiência histórica, isto é, a primeira tentativa frustrada dos trabalhadores mexicanos de abrirem um processo para a sua total emancipação¹¹. José Revueltas chegou a dizer que “as atividades revolucionárias de Flores Magón e dos magonistas são o ponto de arrancada no qual se deve por os antecedentes contemporâneos de uma consciência socialista própria, nacional, da classe operária mexicana”¹².

O jornal *Regeneración*, editado por Flores Magón inicialmente no México e posteriormente nos Estados Unidos,

conta com o apoio dos pequenos comerciantes instalados ao longo da fronteira e dos trabalhadores ferroviários andantes pelos povoados e cidades. A circulação do periódico passou de onze para vinte mil exemplares, em setembro de 1905, e trinta mil em 1906, exercendo uma influência nacional ao longo de dezoito anos¹³.

“*Regeneración*” – diz Armando Bartra – “é algo mais que um veículo para difundir o pensamento magonista. *Regeneración* é o magonismo.” O jornal expressa toda a força e, ao mesmo tempo, toda a debilidade do Partido Liberal Mexicano. Ele se torna um educador, um agitador e um organizador coletivo. Constitui-se na coluna vertebral de uma organização política e no condutor de um movimento de massas. Chega clandestinamente aos mais diversos rincões do país, ajudando a disseminar os núcleos secretos de caráter partidário e, ao redor desses, as “células” ou os “clubes” que vão formando organizações amplas com um caráter de participação de massas¹⁴.

2.1 O Partido Liberal Mexicano

O programa do Partido Liberal Mexicano, de 1º de julho de 1906, foi o primeiro documento que apresentou, pública e nacionalmente, as principais ideias da Revolução Mexicana, como também se tornou o único conjunto de projetos que avançava mais que a própria Constituição de 1917. Foi a única corrente que formulou, em termos políticos explícitos, uma disjuntiva não burguesa para o avanço do processo revolucionário. A exposição dos 52 pontos do Partido Liberal Mexicano faz um chamado a todo o povo sobre alguns itens importantes da vida nacional, tais como:

a) ponto 4: “O exército futuro deve ser de cidadãos, não de obrigados, e, para que a nação encontre soldados voluntários que a sirvam, deverá oferecer-lhes um salário decente e deverá suprimir do código militar esta dureza, este rigor brutal que estrangula e ofende a dignidade humana”;

b) pontos 10-14: em que é defendida a necessidade de uma instrução universal, livre e laica¹⁵, com melhores salários para os professores primários;

c) pontos 21-33: “Capital e Trabalho”: oito horas/trabalho, salário mínimo, proibição do trabalho para menores de 14 anos, condições de trabalho salubre e higiênico, indenização por acidente de trabalho, descanso dominical, salários em espécie, abolição das “tiendas de raya”¹⁶ e cancelamento das dívidas;

d) defesa da soberania do México diante do intervencionismo dos Estados Unidos; adoção de uma posição anti-imperialista e anticapitalista;

e) defesa da reforma agrária, afirmando-se que o crescimento do mercado interno seria bom para os homens de negócio;

e) pontos 34-35, 50: afirmava que as terras não cultivadas, as terras do governo, as terras roubadas pelos porfiristas e os *ejidos* que tinham sido destruídos ou divididos podiam proporcionar terra suficiente para todos os camponeses e que os bancos agrícolas podiam proteger os interesses dos camponeses pobres; pregava a reforma agrária apenas sobre as terras improdutivas¹⁷.



Porfírio Díaz (1830-1915)

O Partido Liberal Mexicano exerceu influência significativa nas grandes greves do país, como a de Cananea (1906), a dos operários de Rio Blanco (1907) e a dos ferroviários de San Luis Potosi (1907). Igualmente teve um papel importante na formação de uma consciência anti-imperialista, já que alguns proprietários de minas e fábricas nas quais ocorreram os tais movimentos paredistas eram estadunidenses. Além disso, os trabalhadores dos Estados Unidos recebiam salários diferenciados em relação aos mexicanos pela mesma tarefa realizada e o Exército do Norte, juntamente com o mexicano, ajudou a sufocar a greve de Cananea. Daí a

consigna do Partido Liberal Mexicano de levante armado “hasta el triunfo de la revolución”. Prometia realizar e cumprir as reformas trabalhistas já no decurso do processo revolucionário, sem esperar as decisões de um futuro poder legislativo.

2.2. As duas grandes saídas para a queda de Porfírio Díaz

Duas grandes saídas passaram a ser discutidas para golpear de vez o *porfiriato*. Enquanto o Partido Liberal Mexicano, juntamente com muitos integrantes das classes médias e baixas, defendiam uma revolução armada com fins socioeconômicos, por sua vez, Francisco I. Madero e os membros insatisfeitos das classes médias e altas pregavam uma mudança não violenta, com fins principalmente políticos. As figuras mais importantes do Partido Liberal Mexicano haviam começado sua luta contra Porfírio Díaz, entre 1900 e 1903, nos *Clubes Liberais*, ao passo que Madero e seus seguidores

iniciaram a sua entre 1909 e 1910 nos *Clubes Antireeleccionistas*¹⁸. A repressão a esses clubes acabou ensinando ao próprio Madero e a seus seguidores que a revolução armada seria o único caminho para uma verdadeira mudança no país. Em 1910, os propósitos da Revolução Mexicana não estavam ainda bem definidos – a não ser a queda do ditador Díaz – pelos principais grupos revolucionários que tinham poucos objetivos em comum e muitas contradições no seu conjunto.

O Partido Liberal Mexicano buscava uma revolução armada e anticapitalista com os operários e os camponeses, tentando atingir a meta de uma revolução social (“Terra e Liberdade”); já a antirreeleição com Madero e elementos das classes altas e médias buscavam a instalação de uma democracia política com o lema “Sufrágio efetivo, não reeleição”.

A revolução maderista foi um movimento reformista que tentava preservar e reforçar o sistema de “livre empresa”. Os seguidores de Madero não eram revolucionários burgueses no sentido histórico de estruturar uma economia capitalista moderna sobre um sistema sócio econômico-feudal anacrônico. Eles buscavam, antes de tudo, liberar, estimular e aumentar a capacidade produtiva de um sistema capitalista já estabelecido no México, porém obstruído pelo monopólio e pelo recesso porfiriano, como também

ameaçado pelos “de abajo”. Para Zapata, a revolução era camponesa contra o latifúndio¹⁹.

3. A Revolução Mexicana e a luta de classes

3.1. O zapatismo

O *Exército Libertador do Sul*, comandado por Emiliano Zapata, é formado essencialmente por camponeses, não dispendo os mesmos de uma visão nacional da revolução, e sim tão somente local. Eles são

apegados as suas terras e as suas tradições, entrando na luta em março de 1911 sob o lema de *Terra e Liberdade*. Tornam-se o centro nacional de resistência à transação burguesa de Ciudad Juarez²⁰, adotando a estratégia de guerra de guerrilhas. O sucesso desse grupo armado se deve ao apoio dos camponeses e à clareza de seu programa consubstanciado no Plano de Ayala.

O Plano de Ayala é a ata de nascimento do zapatismo. Tornou-se um símbolo venerado, a exemplo da Sagrada Escritura, tendo como lema “Liberdade, Justiça e Lei”. Foi a primeira bandeira do experimento mais notável e mais discutido de reforma agrária na América Latina. A principal característica do Plano é sua recorrência à história do país, mais especificamente à Constituição de 1857 com suas famosas Leis da Reforma²¹, exigindo a devolução das terras expropriadas dos



Emiliano Zapata (1879-1919)

indígenas e dos camponeses. O Plano não faz referência à “paz”, ao “progresso” e à “democracia”, metas recorrentes dos demais projetos e preocupação eminente dos homens urbanizados daquela época. A finalidade é “reconquistar as liberdades” de um povo republicano e dar lugar à “prosperidade e o bem-estar”²².

O Plano de Ayala, do artigo 1º ao 3º, trata das questões políticas subsequentes à ruptura com Madero e da aliança temporária que os zapatistas tinham estabelecido com a rebelião encabeçada por Pascoal Orozco²³, no Norte do país. Já do artigo 9º ao 15º, são abordadas as ações a serem postas em prática, uma vez derrotado o regime traidor dos maderistas com relação à eleição para presidente.

Por que o Plano de Ayala é revolucionário? Porque adota as seguintes medidas: a) exige a restituição imediata das terras e a criação de tribunais revolucionários; b) obriga os fazendeiros e latifundiários, e não os camponeses, a esclarecer e justificar a legalidade da propriedade das terras; c) põe o bem-estar coletivo acima do individual, prefigurando a função social da propriedade; d) estabelece o direito de defesa, com armas, das conquistas realizadas. Com base nesses postulados, pode-se afirmar que os zapatistas davam ao processo revolucionário um caráter anticapitalista. No entanto, o Plano de Ayala não apresentava solução para o problema do poder em si, já que não propunha uma forma a ser adotada pelo novo Estado emanado da revolução.

Os limites do zapatismo, segundo Gilly, estavam na distribuição das terras a partir dos títulos da época vice-reinal (artigo 6). Na verdade, o Plano de Ayala rompe, pela via armada, com a estrutura do latifúndio, mas não se livra totalmente da ideologia pequeno-

burguesa do título da terra. Ele foi aplicado na região de Morelos, que em 1910, era a terceira região açucareira do mundo com engenhos inovadores para processar a cana, utilizando-se de modernas trações a vapor. O Plano avançava ao grito de “Abaixo as fazendas, vivam os povoados”.

Zapata e Villa, ao se encontrarem pela primeira vez nos arredores da Cidade do México, em 4 de dezembro de 1914, lançam o *Pacto de Xochimilco*, acordo verbal que define as principais linhas da luta armada. Ato seguido, tomam a capital do país, momento simbólico da chegada ao poder dos exércitos camponeses.

A capital ocupada pelos exércitos camponeses é a síntese do que acontece no país. A guerra camponesa chegou a seu ponto mais alto. A velha oligarquia perdeu o poder para sempre, juntamente com boa parte de seus bens, fato esse que ainda não havia acontecido, e não ocorreria tão cedo nos países da América Latina. Os representantes da nova burguesia ainda não haviam podido manter o poder em suas mãos. Não apenas não tinham logrado, como também tiveram que ceder ao embate das armas camponesas, abandonando o centro político do país, a capital, e o símbolo material desse poder, o palácio nacional, ocupado pelas tropas zapatistas²⁴.

No entanto, o zapatismo e o villismo não dispunham de um programa nacional que incluísse as demais classes, além dos camponeses. Os operários não só foram atraídos por Venustiano Carranza (ver no quadro cronológico, em anexo I, a doutrina carrancista) como também formaram os famosos Batalhões Vermelhos que lutaram ao lado da burguesia agrária contra a facção camponesa. Para Cockcroft, essa foi a maior tragédia da Revolução

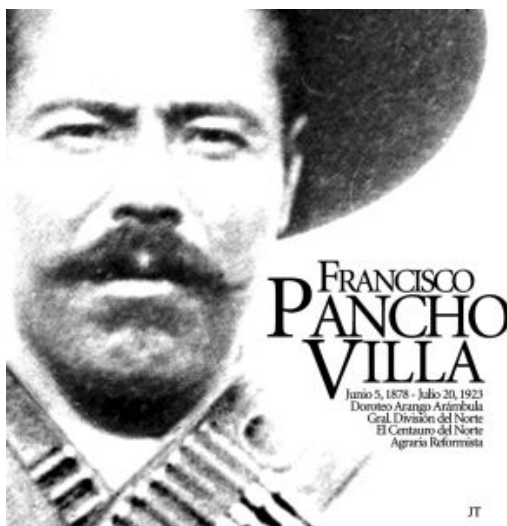
Mexicana. Zapata e Villa acabaram entregando o poder aos representantes da pequena burguesia, que por sua vez o passou aos da grande burguesia. Esta, acabou traindo a causa camponesa.

3.2 O villismo

O caráter do exército da *Divisão do Norte* é de pequenos proprietários,

trabalhadores temporários e agrícolas, mineiros, lenhadores ou braçais nos Estados Unidos. Enquanto os componentes da Divisão do Norte eram nômades que iam de um trabalho a outro, os do Exército Libertador do Sul tinham um forte apego as suas terras.

Francisco Villa – conhecido como Pancho – controla todo o centro do país, sendo um grande estrategista. Exemplo disso foi a tomada de Ciudad Juárez, conhecida como o *trem de Tróia*. As tropas villistas, depois de assaltarem uma locomotiva carregada de carvão, obrigaram o telegrafista a se reportar à cidade de origem dizendo que os revolucionários haviam bloqueado o caminho. O maquinista, então, recebeu ordens de pôr imediatamente a máquina em marcha à ré, não sabendo a estação central que os vagões de carga já transportavam o exército de Pancho. Em cada povoado que passava, o telegrafista local era forçado a dizer a Ciudad Juárez por que estava a locomotiva regressando. Uma vez passada a mensagem, o telégrafo era cortado. Assim, o *trem de Tróia* meteu no coração da cidade o exército completo da Divisão do Norte. Mais tarde Villa diria que na Ciudad Juárez ele não teria entrado de trem, mas que



Francisco Villa (1878-1923)

ela lhe havia caído do céu. Juárez tornou-se a Meca do villismo

A Divisão do Norte, com seu auge em 1914, é a expressão máxima de combate das massas camponesas, sendo um exército de gente do campo desde o comando geral, passando pelos intermediários e chegando aos menos

graduados. A vitória significa terra para todos e o fim dos ricos. No entanto, o villismo não dispunha de um programa acabado, mas sim da grande figura do líder.

Paco Ignacio Taibo II mostra as várias etapas pelas quais passou Villa ao longo do processo revolucionário²⁵. Na primeira (1911-1912), Pancho se alia a Francisco I. Madero, filho de um oligarca do norte, que levanta o país contra o ditador Porfírio Díaz sob o lema *sufrágio efetivo, não reeleição*. Villa não apenas ajuda a mobilizar o estado de Chihuahua, mas também convence o líder sobre a radicalidade da Revolução. “Pois se é assim”, disse Madero, “vamos fazer”. Mais tarde, quando Madero já estava na presidência e Villa na prisão, este não deixou de ser fiel àquele, inclusive chamando-lhe a atenção para o golpe de Estado que se avizinhava²⁶.

Assassinado Madero, o prófugo Villa começa a sua segunda etapa de revolucionário (1913-1915), a mais importante, por sua definição política, ideológica e social. Ele não apenas se alia a Álvaro Obregon, vindo da burguesia agrária, e a Venustiano Carranza, rico fazendeiro do norte, para derrotar o novo ditador Victoriano

Huerta, reconhecido por ambos como o grande estrategista do exército irregular da Divisão do Norte (para entender as mudanças constantes de presidentes no país, veja quadro cronológico, em anexo I). Villa busca apoio na população do país, prometendo uma mudança em sua estrutura política, agrária e social. A expropriação das grandes fazendas, a cobrança de impostos forçados das companhias mineiras estadunidenses e a pressão sobre os banqueiros visam ao financiamento de seu exército, mas também à distribuição de bens e víveres a toda uma população faminta. Para Villa, diz Paco Ignacio, “é chegada a hora dos pobres, que agora a revolta terá que enfrentar, sem titubeios, os grandes fazendeiros e os militares”²⁷.

O decreto de 12 de dezembro de 1913, expropriando a oligarquia nortenha, apresenta as seguintes justificativas: por sua cumplicidade nos complôs, golpes de Estado e quarteladas; por seu caráter de defraudadores do erário público e dominadores da sociedade durante 50 anos através do engano e da força, “é chegada a hora de prestar contas” e, como “a posse de seus bens somente serviu para comprar traidores e assassinar presidentes”, decidimos “cortar o mal pela raiz”²⁸. Villa, então, lista as famílias e seus bens a serem tomados. Mais tarde seria decidido o destino das expropriações. De imediato, uma parte da terra seria doada para as viúvas e órfãos da Revolução; outra, para os combatentes; e uma terceira seria devolvida aos legítimos proprietários, já que a mesma fora roubada pelos latifundiários. Isso era a Revolução! Na medida em que ela avança, Villa vai deixando atrás de si grandes conquistas sociais, como a construção de escolas e hospitais, o controle dos preços de alimentos e as pensões para as viúvas e os órfãos.

Quando a Revolução de ativa se transforma em passiva, pactuada por uma nova burguesia agrária consubstanciada na aliança Obregón-Carranza com o apoio da classe operária, Villa entra em sua terceira etapa (1916-1920) com a guerra de guerrilha, passando a ser um *fora da lei*, perseguido pelos poderes constituídos mexicanos e pelo governo de Washington. O *Centauro do Norte*, então, radicaliza ainda mais suas ações para não perder o apoio social dos camponeses. Conhecido como o novo Robin Hood, não apenas tira dos ricos para dar aos pobres, mas também procura mobilizá-los. Em 1918, na região de Chihuahua, tem-se um verdadeiro poder dual: o do governador e o de Pancho Villa. As tropas do exército mexicano perseguiram os *rebeldes* e os camponeses que os apoiavam. Grande parte deles foi levada à força para as cidades grandes, vindo a morrer de fome, minando assim as bases de apoio a Villa.

3.2. Villa e o “bom governo”

Pancho Villa, perseguido pelo governo mexicano e boicotado pelo estadunidense que não mais lhe permite a venda de armas, aposta na conquista do apoio popular. Quando prende camponeses que lutam ao lado do governo, poupa-lhes a vida fazendo-lhes ver que, por serem *gente de abajo*, estão do lado errado; outras vezes, fuzila-os, não admitindo que um peão de fazenda lutasse pelo seu patrão. O general Felipe Ángeles²⁹, seu grande amigo, reunia as pessoas nos povoados falando-lhes de luta de classe, de sua condição de explorados, do capitalismo, da necessidade de humanizar a guerra e respeitar a vida dos prisioneiros.

Villa pensava em um país onde todos vivessem bem. Quando governou Chihuahua adotou como lema *fechar*

cantinas e abrir escolas. O historiador Friedrich Katz³⁰ chegou a chamá-lo de governador revolucionário, já que em apenas um mês abria cinquenta escolas em uma cidade com apenas 40 mil habitantes. Embora não tivesse um plano de reforma agrária como o defendido por Zapata, pensava nas *colônias militares*, onde os camponeses vivessem juntos, trabalhassem juntos e desfrutassem juntos de uma vida melhor. O socialismo para Villa não consistia em uma sociedade sem classe, mas em uma maior igualdade entre as pessoas. “É justo que todos aspiremos a ser mais”, dizia ele, “porém, também que todos possamos valer pelos nossos feitos”³¹.

No calor das batalhas de Celaya³², em maio de 1915, o governo villista emitirá vários decretos, assinados por Pancho e Escudero, constituindo um programa social avançado. Obrigam, por exemplo, que, em todas as minas do país sob o controle villista, seja pago um salário em prata, ouro ou dólar. Estabelece-se o câmbio oficial do dólar em relação ao peso em dois por um; proíbem-se as famosas *tiendas de raya*; decreta-se o salário mínimo de um peso diário e defendem-se a liberdade de culto e o fim da perseguição religiosa. Villa, no entanto, detestava o clero, pois foram os grandes apoiadores ideológicos da ditadura porfiriana. Quando tomava as cidades não matava os padres, mas os expulsava. Depois da tomada de Zacatecas prendeu um grande número de padres professores lasallistas, tendo o cônsul francês intercedido por eles. Alguns dias depois recebeu o diplomata um oficial villista muito educado que lhe comunicava que os curas poderiam continuar a trabalhar na cidade, conquanto que, em vez de aulas de religião, passassem a ensinar as Leis da Reforma e trocassem as missas por atos cívicos. Diante da negativa dos padres,

Villa cobrou um resgate de 100 mil pesos, metendo-os em um carro de carga ferroviária e enviando-os aos Estados Unidos. O escritor Gregório López y Fuentes³³ descreve em detalhes a visita de um *curita* a uma fazenda do Estado de Morelos, por volta de 1910. Sem dúvida, a aliança entre o dono das almas e o dono das terras mantinha uma ditadura quase que perfeita.

Quando Villa assina um acordo de paz com o governo em 28 de julho de 1920, que alguns chamam de rendição, recebe a fazenda de Canutillo para morar, transformando-a em uma casa de todos os villistas. Além de uma escola diurna com 400 alunos, havia uma noturna para alfabetizar os adultos. Os salários dos trabalhadores eram os mais altos da região, participando muitos deles dos lucros das vendas dos produtos.

O Manifesto de San Andrés Villa (1916) foi, possivelmente, o documento mais genuinamente de Pancho. Sem a ajuda de intelectuais, tendo apenas um secretário a sua disposição, tratou de política interna e externa. Defende eleições livres no México com pena de morte para os que fraudarem o voto do povo; que os caudilhos – e ele incluído – não poderão se candidatar, pois dispõem de grupos armados, tornando ilegítimas as eleições; que deputados e senadores que usarem de seus cargos para fazer negócios duvidosos “que redundem em proveito próprio com prejuízo da coletividade” serão passados pelas armas; e propõe a volta das Leis da Reforma do juarismo, uma bandeira dos intelectuais villistas. No entanto, o mais importante do manifesto é o seu programa anti-imperialista: abolição da dívida pública e proibição aos estrangeiros de serem proprietários de terras no México; nacionalização das minas estrangeiras e das ferrovias, e o fechamento da fronteira com os Estados

Unidos para promover a indústria nacional; supressão do telégrafo a 18 léguas da fronteira. Chega a falar, mais tarde, em uma entrevista para o *New York World*, sobre a abertura de um fosso entre os dois países, “tão largo e profundo que nenhum americano poderia jamais vir a roubar terra mexicana, ouro ou petróleo”³⁴.

O anti-imperialismo de Villa se tornou público quando Washington reconhece o governo de Carranza, proíbe a venda de armas à Divisão do Norte (até então as empresas estadunidenses haviam auferido grandes lucros com o comércio de armas e alimentos) e permite a passagem de tropas mexicanas por território estadunidense para combater as de Villa na cidade fronteiriça de Agua Prieta. Daí a famosa invasão a Columbus, povoado pertencente aos Estados Unidos, mas próximo à fronteira mexicana, motivando a entrada de uma expedição punitiva de tropas do exército do Norte, as quais fortaleceram ainda mais a guerra de guerrilhas de Villa, agora não mais apenas contra o ditador Carranza, mas também contra as forças do invasor general John J. Pershing. Villa tornara-se o inimigo comum dos dominadores estrangeiros e do governo constitucionalista, mas, caso o exército de ocupação não saísse do México, Pancho poderia converter-se em herói nacional em vida. Foi a única vez na história que um chefe de guerrilha, com seus grupos armados, invadiu os Estados Unidos.

Villa calculava ter participado de aproximadamente 1.300 batalhas, algumas delas famosas, como a conquista de Ciudad Juarez e de Zacatecas³⁵. Ramón Puente, um de seus colaboradores, assim definiu Villa: “Coragem até a temeridade; desprendimento até a ganância; ódio até a cegueira; raiva até o crime; amor até a

ternura; crueldade até a barbárie; tudo isso é Villa em um dia, em um momento, em todos os momentos da vida”³⁶. Paco Ignacio diz que “Villa era o produto das forças mais obscuras da sociedade porfiriana, porém não daquelas superficiais, mas destas mais profundas que faziam de um camponês pobre um condenado a uma vida de presídio, carne de troca nas grandes fazendas, carne de canhão do exército, operário faminto das novas minas e das indústrias”³⁷.

Enquanto as estátuas de Zapata proliferaram pelo sul pobre do México, as de Villa sofreram todo tipo de resistência no norte desenvolvido. Quando se construiu uma em sua terra natal, Chihuahua (1956), o escultor, por ordem do governador, mudou o bigode e a testa. Na inauguração, as autoridades não só omitiram o seu nome nos discursos, como também na placa de bronze. Falou-se apenas do “combatente da Divisão do Norte”, cabendo ao povo que assistia gritar: *Viva Villa, cabrones!*

Na Cidade do México, só em 1969 apareceu o primeiro monumento ao *Centauro do Norte*. Em setembro do mesmo ano houve uma longa discussão na Câmara dos Deputados, com ampla repercussão na imprensa, sobre se o nome de Francisco Villa poderia ser escrito com letras de ouro naquele recinto, tal como dezenas de outros líderes e heróis. Somente no mês de novembro se chegou à permissão, passando a história oficial a aceitar mais um mito popular.

4. A Revolução Mexicana e o México Profundo

A Revolução Mexicana pretendeu transformar o México em uma sociedade culturalmente homogênea. A opção foi a mestiçagem. Aqueles que se assumem como “mestiços” não se

aceitam como “criollos” e muito menos como “índios”, pretendendo ser algo novo cujos conteúdos nunca se definem satisfatoriamente.

Por que a Revolução Mexicana se afirmou como um projeto mestiço? As massas combatentes são, em sua grande maioria, camponeses-índios, desindianizados e assimilados. Os mandos, no entanto, tanto no campo militar como no ideológico, são ocupados por pessoas vindas das classes médias urbanas que haviam sido marginalizadas pelo porfirismo. A exceção foi o movimento zapatista.

Da etapa armada da Revolução Mexicana participam o México Profundo³⁸ e o México Imaginário³⁹, cada um por suas próprias razões e na busca de seus próprios objetivos. A Revolução reconhece a existência do índio e do México Profundo, sendo que ambos possuem valores positivos e resgatáveis. A Revolução se propõe, então, em redimir o índio, isto é, incorporá-lo à cultura nacional e por meio dela à civilização universal. Por outra parte, a Revolução apropria-se de todos aqueles símbolos do México profundo que lhe permitam construir uma imagem do México mestiço.

Para tanto, defende a concessão de benefícios aos índios e pobres para que os mesmos se integrem à civilização e aconteça a desindianização, tais como:

- a) que as terras usurpadas ao longo da Colônia sejam devolvidas para que a agricultura tradicional se modernize e seja posta a serviço do desenvolvimento capitalista do país;
- b) que se levem escolas ao campo e às comunidades indígenas, não para que apenas se estimule e se sistematize o conhecimento de sua própria cultura, mas também para aprender elementos da cultura dominante;

- c) que se estendam os serviços médicos, sem levar em conta os conhecimentos medicinais mesoamericanos⁴⁰;

- d) que se estimule o trabalho, não dentro da visão mesoamericana, isto é, voltado para uma economia de subsistência; mas sim sob a ótica capitalista, voltado para a produção do excedente;

- e) que se valorizem algumas manifestações das culturas indígenas e camponesas, no entanto como atividades isoladas, fora de seu contexto, e que o apoio dado não seja um estímulo ao desenvolvimento cultural próprio e integral das comunidades⁴¹.

4.1. O indigenismo

A Revolução Mexicana, uma vez tornada governo, institucionalizou um projeto político e ideológico para os povos indígenas buscando uma fundamentação teórica de acordo com os novos tempos: o indigenismo.

A política indigenista da Revolução Mexicana concebia os seguintes pontos:

- a) a integração dos índios é uma meta desejável porque é o único caminho para se alcançar a unidade nacional e garantir o desenvolvimento;
- b) a integração dos índios é um processo inevitável e natural que no México foi impedido por duas razões históricas: i) a dominação exercida regionalmente por grupos de ladinos das cidades encravadas nas zonas de refúgio, beneficiando aos mesmos e mantendo o índio marginalizado; ii) a resistência ao campo gerando culturas próprias de resistência. Enfim, se trata de anular a capacidade de decisão dos povos indígenas e incorporá-los plenamente a um sistema de controle cultural no qual as decisões são tomadas em âmbitos alheios às suas próprias comunidades. A Revolução, ao lograr esses objetivos,

teria cumprido sua tarefa revolucionária no que toca ao indigenismo.

O projeto nacional, no qual desembocou a Revolução, nega também a civilização mesoamericana. É um projeto substitutivo que não propõe o desenvolvimento da cultura real das maiorias, mas tão somente seu desaparecimento como único caminho para que se generalize a cultura do México Imaginário. É um projeto no qual se afirma ideologicamente a mestiçagem, afiliando-se totalmente a uma só das vertentes da civilização: a ocidental.

Antes que derrotar a Porfírio Díaz, a Revolução Mexicana pretendeu vencer a Emiliano Zapata, ou seja, aquele que representou de modo mais genuíno as reivindicações indígenas.

5. À guisa de conclusões

Segundo o historiador Carlos Antonio Aguirre Rojas⁴², a Revolução Mexicana logrou conquistas em vários setores da vida nacional, podendo as principais ser, assim, enumeradas: a) realizou a primeira reforma agrária do século XX na América Latina; b) acabou com os obstáculos principais que se opunham à formação de um mercado interno nacional; c) levou o país a adquirir melhores condições para desenvolver seu próprio processo de industrialização; d) provocou uma reconfiguração profunda das classes sociais mexicanas; e) gerou uma emergência social da classe média urbana; f) criou condições para que o chamado Estado de bem-estar-social tivesse uma presença maior que nos demais países da América Latina; g) fundou a Universidade Nacional Autônoma do México; h) planejou um vasto projeto de alfabetização; i) promulgou a Constituição de 1917, considerada, na época, a mais avançada do mundo; j)

consagrou a educação laica e gratuita, proibindo os ministros de cultos religiosos a criar escolas primárias; k) produziu um avanço radical no tratamento dos limites da ação do Estado diante da iniciativa privada com relação à propriedade da terra e à exploração dos recursos naturais, tanto que isso se transformou em um antecedente importante para a criação de várias constituições na América Latina, como a da Colômbia; l) estabeleceu-se um forte conteúdo nacionalista e antirreligioso e implantou-se um Estado promotor do desenvolvimento econômico do país; m) gerou uma renovação completa da elite política; n) levou a cultura popular a manifestar-se por meio do muralismo; o) ocasionou a configuração territorial definitiva; p) por fim, conduziu à laicização da sociedade mexicana. Todas essas conquistas, advindas da Revolução Mexicana, marcam profundamente, ainda hoje, a sociedade asteca.

A Revolução Mexicana esteve, portanto, profundamente marcada pelo caráter agrarista, tanto que a luta pela terra tornou-se o grande motivo deflagrador do processo; foi caracterizada como burguesa agrária, visto ter sido a facção vencedora da luta armada; foi chamada de nacionalista, por conta da formação de seu mercado interno e do protecionismo de suas riquezas; dita anti-imperialista por conta de suas leis antimonopólios diante dos Estados Unidos, que se apropriavam das terras e das minas; e, por fim, anticapitalista devido ao Plano de Ayala com seus princípios coletivistas.

A Revolução Mexicana foi tudo isso a um só tempo.



* **WALDIR JOSÉ RAMPINELLI** é Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Estudos Latinoamericanos – História – Universidad Nacional Autónoma de México (1991) e Doutor em Ciências Sociais - Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Email: rampinelli@ globo.com)

¹ Para a historiografia oficial, a Revolução Mexicana começa em 1910, com o Plano de San Luis Potosí, e termina em 1917, com a promulgação da nova Constituição. Já para os historiadores Adolfo Gilly e Enrique Semo, entre outros, ela continua, sendo interrompida em 1920, com o assassinato de Emiliano Zapata no ano anterior, com o acordo realizado entre Pancho Villa e o governo federal e com a chegada à presidência da República de Álvaro Obregón, abrindo um período de estabilização do poder burguês frente às massas e em suas relações com elas. A revolução interrompida deixou no povo um sentimento de não conclusão. Tampouco ela foi dispersada, esmagada ou vencida. Por isso que, com o governo de Lázaro Cárdenas (1934-1940), a Revolução retoma seu caminho com a reforma agrária, as nacionalizações, a educação socialista e uma política externa progressista. GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida*. México: Editora Era, 1994, p. 324.

² KATZ, Friedrich. *La guerra secreta en México*. México: Editora Era, 1998, p. 34.

³ Povo indígena que vivia no norte do México, atual estado de Sonora. Resistiu bravamente à expansão violenta do capitalismo imposto pelos exércitos mexicano e estadunidense.

⁴ Veja-se a respeito TURNER, John Kenneth. *México bárbaro*. 4 ed., México: Editora Mexicanos Unidos, 1984.

⁵ GILLY, Adolfo. Op. cit., p. 22-23.

⁶ Ibidem, p. 41.

⁷ Ditador mexicano que se mantém no poder de 1876 a 1911, com uma breve interrupção entre 1880 e 1884. Adotou uma política econômica que trouxe o progresso para uma região do país, mas não o desenvolvimento para o povo mexicano. Ao contrário, manteve um padrão de acumulação baseado na exportação de produtos primários, acelerou a dependência da economia e governou com o apoio da oligarquia, dos científicos, dos guardas rurais, do Exército, da hierarquia da Igreja Católica e do capital externo. O *porfiriato*, como é conhecido esse

período, adotou o lema de *pouca política e muita administração*.

⁸ GONZALEZ, Luis. El liberalismo triunfante. In: COSIO VILLEGAS, Daniel (Org.). *Historia general de México*. México: El Colegio de México, 2000, p. 665.

⁹ SEMO, Enrique. Reflexiones sobre la revolución mexicana. In: GILLY, Adolfo (Org.). *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. México: Editora Nova Imagem, 1988, p. 142.

¹⁰ KATZ, Friedrich. Op. cit., p. 41.

¹¹ BARTRA, Armando. La revolución mexicana de 1910 en la perspectiva del magonismo. In: GILLY, Adolfo (Org.). Op. cit., p. 94.

¹² REVUELTAS, José. *Ensayos sobre un proletariado sin cabeza*. México: Edições da Liga Leninista Espartaco, 1962, p. 201.

¹³ COCKCROFT, James. *Precursores intelectuales de la revolución mexicana*. 24 ed. México: Editora Século XXI, 2004. Segunda parte: los intelectuales como precursores – 1900-1910, p. 85-157.

¹⁴ BARTRA, Armando. La revolución mexicana de 1910 en la perspectiva del magonismo. In: GILLY, Adolfo (Org.). Op. cit., p. 96.

¹⁵ Uma das grandes conquistas da Revolução Mexicana foi a concretização da separação entre Estado e Igreja, consubstanciada nos artigos 3º e 123º da Constituição de 1917. A Igreja Católica, que chegara ao México de mãos dadas com o conquistador espanhol, se pôs ao lado dos realistas durante a Guerra da Independência (1810-1821), condenando à morte e ao inferno o baixo clero que se levantara em armas contra a Coroa. Mais tarde, apoiou os conservadores em seu conflito com os liberais (1857-1861) e abençoou a intervenção francesa e a entronização do imperador Maximiliano de Habsburgo (1864) no país. Durante o porfiriato, embora regessem as Leis de Reforma, o período foi proveitoso para a Igreja, que recobrou vários de seus privilégios perdidos. A Guerra Cristera ou Cristiada (1926-1929), envolvendo principalmente a região central do país com um custo de aproximadamente 90.000 vidas, é o levante do México velho, camponês, católico, apegado aos valores religiosos e contra um Estado laico. A Cristiada foi, também, a resistência da burocracia eclesiástica e da hierarquia católica – enfim, do México colonial – à Revolução Mexicana que lograra vencer, porém não derrotar totalmente essas forças conservadoras. A guerra terminou em um empate histórico, entre governo e igreja, ambos se comprometendo a respeitar seus respectivos reinos, deste e do outro mundo. A Igreja não

incitaria seus fiéis à tomada do poder e o Estado não tentaria interferir na ordem interna da instituição eclesiástica.

¹⁶ *Tiendas de raya* eram os armazéns instalados nas sedes das fazendas que forneciam alimentos para os trabalhadores, por preços elevados. A cada final de mês, quando os braseiros recebiam seus salários, destinavam praticamente a totalidade do mesmo ao administrador da *tienda*, estando, portanto, impossibilitados de deixar a fazenda por conta da dívida que, em caso de morte do peão, o filho herdava. Era o tão conhecido trabalhador “acasillado”, isto é, preso ao patrão.

¹⁷ SILVA HERZOG, Jesús. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. 5 ed. México: Fundo de Cultura Econômica, 1966, p. 96-101.

¹⁸ No mês de dezembro de 1908 começou a circular em São Pedro, estado de Coahuila, o livro *A sucessão presidencial em 1910 – O partido nacional democrático*, de Francisco I. Madero. O autor se mostra um acérrimo defensor da democracia e acredita que a liberdade política é a panacéia de todos os males da nação. Critica o *porfiriato*, mas com um viés moderado. Na realidade, Madero busca a substituição de Díaz, mas não de seu modelo.

¹⁹ COCKCROFT, James. Op. cit., p. 161 e ss.

²⁰ Os acordos de *Ciudad Juárez* – assinados em 21 de maio de 1911 entre representantes do governo federal e do grupo de Francisco I. Madero, mediante os quais o ditador Porfirio Díaz se comprometia a renunciar e entregar o poder a Francisco León de la Barra, então secretário de Relações Exteriores, cabendo a esse convocar eleições gerais no país – determinavam que cessaria toda a luta armada, obrigando os revolucionários a entregar suas armas, estado por estado, ao Exército Federal. Na realidade tentava-se, não apenas dar por concluída a revolução, como também restabelecer a ordem jurídica préexistente sem avançar nas reivindicações da reforma agrária e do Plano de San Luis Potosí. Somente os zapatistas se mantiveram armados, já que para eles a revolução não havia triunfado e tampouco terminado, pois a terra ainda não tinha sido dividida. GILLY, Adolfo. Op. cit., p. 83.

²¹ As Leis da Reforma, criadas pelo presidente Benito Juárez, em julho de 1959, consistem na perda dos privilégios da Igreja Católica. As Leis, por exemplo, nacionalizam os bens eclesiásticos, fecham os conventos, estabelecem o registro e o casamento civis, secularizam os cemitérios e suprimem muitas festas religiosas.

²² WOMACK JR., John. *Zapata y la Revolución Mexicana*. 15 ed. México: Editora Século XXI, 1987, p. 387.

²³ Pascoal Orozco, que inicialmente se juntara a Francisco I. Madero, mais tarde rebelou-se contra ele.

²⁴ GILLY, Adolfo. Op. cit., p. 173.

²⁵ TAIBO II, Paco Ignacio. *Pancho Villa: una biografia narrativa*. México: Editora Planeta, 2006.

²⁶ *Decena Trágica* é o nome do período que vai de 8 a 22 de fevereiro de 1913, no qual a cidade do México presenciou um levante de tropas contra o governo de Francisco I. Madero, comandadas pelos generais Félix Díaz (sobrinho de Porfirio Díaz) e Manuel Mondragón, tendo os mesmos como quartel de base a Ciudadela. Por sua vez, o Exército Federal, sob o mando do general Victoriano Huerta, postado no Palácio Nacional, defendia o presidente constitucional. No entanto, Huerta, apoiado pelo embaixador dos Estados Unidos, Henri Lane Wilson, trai a Madero, tornando-o seu prisioneiro no dia 18, como também ao vice presidente Pino Suarez, assassinando-os em 22 do mesmo mês. Dado o golpe de Estado, Huerta implanta uma feroz ditadura no país, que vai de fevereiro de 1913 a julho de 1914, com o apoio do exército, da oligarquia, da hierarquia eclesiástica, da embaixada dos Estados Unidos e do capital externo. Com Huerta no poder, reaparecem algumas das principais características do *porfiriato*, intensificadas e exacerbadas.

²⁷ TAIBO II, Paco Ignacio. Op. cit., p. 177.

²⁸ Ibidem, p. 251.

²⁹ Felipe Ángeles foi general do Exército Federal, permanecendo ao lado do presidente Francisco I. Madero durante a *Decena Trágica*. Preso pelo ditador Victoriano Huerta, foi enviado à França, em julho de 1913, como exilado, de lá retornando clandestinamente, em outubro do mesmo ano, para incorporar-se ao governo paralelo de Venustiano Carranza. Em 1914, passou à luta armada, formando parte dos comandos da Divisão do Norte e participando de várias batalhas contra as tropas do ditador Huerta como a tomada de Torreón e a de Zacatecas. Esta última foi decisiva para a queda de Huerta, ocorrida três semanas mais tarde. Ángeles arquitetou a aliança entre Villa e Zapata, fazendo com que este se incorporasse à Convenção Militar de Aguascalientes e, em seguida, houvesse a aprovação do Plano de Ayala. Após as sucessivas derrotas de Villa no Baixo, Ángeles retirou-se para os Estados Unidos, organizando lá a resistência ao governo de Venustiano Carranza. Volta

clandestinamente ao México para incorporar-se novamente às tropas de Pancho Villa que lutam contra Carranza e para evitar uma intervenção dos Estados Unidos em seu país, que ele julgava ser iminente. É preso, julgado por uma corte marcial e fuzilado em 26 de novembro de 1919. Durante seu julgamento, no Teatro dos Heróis, em Chihuahua, diante dos juizes e de um grande público, faz uma extensa defesa na qual discorre sobre as ideias liberais, humanas e socialistas, sendo esses discursos o seu testamento político e espiritual. Foi o único verdadeiro intelectual que produziu o Exército Federal Mexicano. Com a morte de Ángeles, Carranza vingara o general que ousara sair do seu comando para aderir ao de Villa. GILLY, Adolfo. Introducción. In: GILLY, Adolfo (Org.). *Felipe Ángeles en la Revolución*. México: Editora Era, 2008, p. 10-11.

³⁰ Friedrich Katz, historiador austríaco, estudou e pesquisou sobre Villa e, principalmente, sobre o villismo.

³¹ TAIBO II, Paco Ignacio. Op. cit., p. 793.

³² Villa, conhecido como um grande estrategista militar, enfrenta a Obregón, em Celaya, centro do país. São três batalhas seguidas, sendo que nas duas primeiras o exército de Villa sai debilitado e, na terceira, derrotado.

³³ LÓPEZ Y FUENTES, Gregorio. *Tierra: la revolución agraria en México*. México: Factoria Ediciones, 2004.

³⁴ TAIBO II, Paco Ignacio. Op. cit., p. 675.

³⁵ A batalha de Zacatecas, de 23 de junho de 1914, foi fundamental para a queda do ditador Victoriano Huerta. O Exército Federal, com 12 mil homens, é derrotado, bem como toda sua oficialidade. Villa apreende trens, artilharia, armamentos e demais componentes das forças armadas. Apenas pequenos destacamentos conseguem fugir do campo de luta. Com tamanha vitória, o caminho para a capital do país estava aberto. Zacatecas ficou na imaginação popular e na memória social, tornando-se a batalha das canções, dos corridos e dos filmes comemorativos.

³⁶ TAIBO II, Paco Ignacio. Op. cit., p. 564.

³⁷ Ibidem, p. 44.

³⁸ “O México profundo é formado por uma grande diversidade de povos, comunidades e setores sociais que constituem a maioria da população do país. O que os une, e ao mesmo tempo os distingue, do restante da sociedade mexicana, é que são grupos portadores de modos de entender o mundo e organizar a vida que têm sua origem na civilização mesoamericana, formada aqui ao longo de um dilatado processo histórico. As expressões

atuais dessa civilização são muito diversas: desde as culturas que alguns povos índios souberam conservar com maior grau de coesão interna, até a grande quantidade de rasgos isolados que se distribuem de maneira diferente nos distintos setores urbanos. A civilização mesoamericana é uma civilização negada, cuja presença é imprescindível reconhecer”. BONFIL BATALLA, Guillermo. *México profundo: una civilización negada*. México: Editora Debolsillo, 2005, p. 21.

³⁹ “O México imaginário é um país que se apresenta rico e moderno. A riqueza é entendida como o resultado natural do trabalho individual e se expressa na propriedade privada. As diferenças de riqueza se justificam pelo maior ou menor empenho que cada um se propõe a produzir. É assunto pessoal no qual não devem influir diferenças prévias como as que estabeleciam o ter nascido em uma ou outra casta durante a dominação espanhola. Agora, todos os mexicanos eram iguais e cada qual responsável de seu próprio destino. O patrimônio cultural do país, que inclui os recursos materiais, era um todo comum que cada qual deveria aproveitar à sua maneira, em livre competência, sem privilégios para nenhum grupo” [...] “A modernidade do México imaginário era um produto de importação. Os avanços tecnológicos deveriam jogar um papel importante”. Ibidem, p. 156.

⁴⁰ A definição de Mesoamérica, como uma região cultural com limites e características próprias, foi proposta por Paul Kirchhoff a partir da distribuição de um grande número de elementos culturais da mais variada natureza, sendo que alguns deles estavam presentes exclusivamente nessa região, tais como o cultivo do milho, a utilização da pele de coelho para decorar tecidos, o uso de mercados especializados, a escrita *jeroglífica*, a construção das *chinampas* e o 13 como número ritual. A Mesoamérica geográfica vai do rio Pánuco a Sinaloa (norte do México), passando por Lerma e chegando aos atuais países de Belize, Guatemala, El Salvador e parte de Honduras e Nicarágua. A fronteira sul da Mesoamérica se estendia da desembocadura do rio Motagua ao Lago de Nicarágua e daí até o Golfo de Nicoya. Ibidem, p. 29.

⁴¹ Ibidem, p. 169-170.

⁴² AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Contrahistoria de la Revolución Mexicana*. México: Editora da Faculdade de História da Universidade Michoacana, 2009, p. 145-160.